

TERRITÓRIO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NA APA DA LAGOA VERDE: DESAFIOS PARA UMA GESTÃO COMPARTILHADA

Júlia Leandro Ribeiro¹

RESUMO

O presente trabalho se fundamenta a partir da necessidade de dar visibilidade às comunidades pesqueiras artesanais que coexistem no mesmo território da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde, diante da negligência da gestão desta Unidade de Conservação (UC) em reconhecer a comunidade pesqueira e inseri-las nas tomadas de decisões dos recursos que integram os seus modos de vida. No desenvolvimento da pesquisa buscou-se reconhecer as especificidades da comunidade pesqueira e avaliar as razões da ausência dos pescadores e pescadoras artesanais na gestão da APA da Lagoa Verde para considerar possíveis melhorias na gestão com a inserção destes sujeitos e sujeitas. A metodologia empregada foi de pesquisa qualitativa com as técnicas de entrevistas semiestruturadas e informantes chave, aliada as atividades de cartografia social, calendário sazonal e avaliação dos principais regramentos relacionados a pesca na UC. Para amparar a pesquisa foi empregado Cardoso (2013) e Diegues (1995) para discutir a organização da atividade pesqueira, bem como De Paula (2018) para conceituar a categoria de pescadores e pescadoras artesanais.

Palavras-chave: Pesca Artesanal; Territórios Pesqueiros; APA da Lagoa Verde; Unidade de Conservação; Gestão Compartilhada.

RESUMEN

El presente trabajo se fundamenta en la necesidad de dar visibilidad a las comunidades pesqueras artesanales que coexisten en el mismo territorio del Área de Protección Ambiental (APA) de la Lagoa Verde, ante la negligencia de la gestión de esta Unidad de Conservación (UC) en reconocer a la comunidad pesquera e incluirla en la toma de decisiones sobre los recursos que integran sus modos de vida. En el desarrollo de la investigación, se buscó reconocer las especificidades de la comunidad pesquera y evaluar las razones de la ausencia de los pescadores y pescadoras artesanales en la gestión de la APA de la Lagoa Verde, con el fin de considerar posibles mejoras en la gestión mediante la inserción de estos sujetos y sujetas. La metodología empleada fue la investigación cualitativa con las técnicas de entrevistas semiestructuradas e informantes clave, junto con actividades de cartografía social, calendario estacional y evaluación de las principales normativas relacionadas con la pesca en la UC. Para respaldar la investigación, se utilizaron las obras de Cardoso (2013) y Diegues (1995) para discutir la organización de la actividad pesquera, así como De Paula (2018) para conceptualizar la categoría de pescadores y pescadoras artesanales.

Palabras clave: Pesca Artesanal; Territorios Pesqueros; APA de la Laguna Verde; Unidad de Conservación; Gestión Compartida.

¹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG), jlibro@outlook.com.



INTRODUÇÃO

Segundo a Lei nº 15.223/2018 (Estado do Rio Grande do Sul, 2018), a pesca artesanal no Rio Grande do Sul constitui uma atividade tradicional que contribui com o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental do estado. Essa compreensão está presente na Lei nº 6585/2018, a qual implementa o Plano Diretor do município do Rio Grande (2008), a partir da proposta de construção de políticas públicas que garantam a continuidade da atividade tradicional, bem como solucionem conflitos por meio de acordos.

O Plano de Manejo (PM) da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde (Tagliani, 2021) constitui um destes instrumentos normativos que visa garantir a sustentabilidade ambiental integrando os usos tradicionais, ainda que seja fundamentado principalmente em informações científicas. Segundo o PM, a pesca é subentendida como uma atividade tradicional que coexiste junto da Unidade de Conservação (UC), com conflitos mínimos que necessitam de regramentos. Apesar destas considerações, evidenciou-se ao longo da pesquisa uma negligência por parte do Conselho Gestor (CG) da UC com a atividade pesqueira, marcando uma tentativa de invisibilização do território pesqueiro, das suas práticas de gestão comunitária e da própria profissão de pescador artesanal.

Diante disto, a principal motivação para realizar a pesquisa partiu da ausência de estudos a respeito das características da pesca artesanal e seus vínculos territoriais. Por meio da identificação prévia da ausência de participação do setor pesqueiro dentro da gestão da UC, verificou-se que isso não apenas afetava a gestão compartilhada, como também deslegitimava as práticas de gestão comunitária do setor. Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi reconhecer as especificidades da comunidade pesqueira e avaliar as razões da ausência dos pescadores e pescadoras artesanais na gestão da APA da Lagoa Verde para considerar possíveis melhorias na gestão com a inserção destes sujeitos e sujeitas.

Para fundamentar esta pesquisa foi empregado Cardoso (2013) e Diegues (1995) para discutir a organização da atividade pesqueira, bem como De Paula (2018) para conceituar a categoria de pescadores e pescadoras artesanais. A metodologia utilizada foi de pesquisa qualitativa com técnicas de entrevistas semiestruturadas e informantes-chave. Na segunda técnica foram realizadas atividades de cartografia social, “calendário sazonal” (Thé; Ruffino, 2009, p.102) e avaliação dos principais regramentos relacionados a pesca na UC.



METODOLOGIA

Para produzir este trabalho foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa e as técnicas de entrevistas semiestruturadas e informantes-chave. Os convidados para participar desta pesquisa tratavam-se de quatro pessoas que pescavam artesanalmente nos corpos hídricos da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde. Três deles eram do gênero masculino e uma era do gênero feminino. Suas idades variavam entre a faixa de 59 a 72 anos, e todos eram aposentados e moravam no entorno da Lagoa Verde.

Para auxiliar na caracterização do território da comunidade pesqueira, durante as entrevistas individuais com os informantes-chave foram realizadas as atividades de cartografia social e “calendários sazonais” (Thé; Ruffino, 2009, p.102) das espécies de peixes. A cartografia social foi empregada para mapear o território pesqueiro da comunidade. Em uma imagem de satélite impressa eram marcados os principais locais utilizados, bem como os conflitos existentes na área. Com relação ao calendário sazonal das espécies, ele buscou definir as principais espécies de peixes capturadas e seus padrões sazonais de captura. A atividade foi realizada a partir de um calendário impresso, onde o informante indicava se determinado peixe encontrava-se em reprodução ou maturação naquele mês.

Por fim, para avaliar as razões das ausências dos pescadores e pescadoras artesanais na gestão da APA da Lagoa Verde e considerar melhorias na gestão com a sua inserção, foi realizada a avaliação dos principais regramentos relacionados direta ou indiretamente com a atividade pesqueira dentro da Unidade de Conservação. Para a execução da atividade, foi questionado ao informante se ele sabia de normas relativas aos petrechos, a piracema/defeso, a moradia e ao uso da APA da Lagoa Verde e qual era a sua opinião sobre o regramento mencionado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Cardoso (2013) a atividade pesqueira costuma ser dividida entre os setores empresarial/industrial e artesanal, em virtude da organização do processo produtivo e dos diferentes níveis de capitalização entre essas estruturas produtivas. Partindo dessa concepção, Diegues (1995) estabelece três categorias que elucidam as formas de organização do trabalho produtivo da pesca ao longo da costa brasileira. São elas: a pesca de subsistência; a pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil, subdividida em produção mercantil simples dos pequenos produtores litorâneos, os “pescadores-lavradores” (p. 58), e

pequena produção mercantil pesqueira (ampliada), os “pescadores artesanais” (p. 60); e a pesca empresarial/capitalista. Neste trabalho, compreende-se que a pesca desenvolvida refere-se principalmente a aquela realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil pesqueira ampliada.

A respeito da pequena produção mercantil pesqueira (ampliada), Diegues (1995) indica que a unidade de produção e cooperação é composta por uma tripulação qualificada, dado que a pesca passa a ser a principal atividade para produção de bens comercializáveis, surgindo excedentes maiores. Neste formato, a propriedade dos meios e instrumentos de trabalho deixam de ser familiares e se tornam fundamentais na organização produtiva e a tripulação necessita de conhecimentos mais específicos, visto que também exploram ambientes marinhos e costeiros. Na produção mercantil ampliada há também o avanço tecnológico, “como a introdução de embarcação motorizada, das redes de náilon de novos processos de conservação e transporte de pescado etc.” (p. 61). A última característica seria o processo de comercialização dos pescados, cujas firmas de compra e financiamento de produção passam a tomar o lugar dos atravessadores. Diegues (1995) compreende que esse contexto pressiona o pescador a reduzir a pesca a uma atividade profissional, pois depende mais intensamente de agentes ou mesmo firmas compradoras do pescado. O mercado é o objetivo de sua atividade, ainda que o “balaio” ou cesto de peixe para o autoconsumo separado antes da partilha constitua a base de sua sobrevivência e de sua família (p. 61).

No que tange os pescadores e pescadoras artesanais, De Paula (2018) indica que eles são sujeitos e sujeiras que detêm de direitos individuais e coletivos, e que possuem na pesca a sua principal “atividade profissional e constituição do modo de viver, inseparavelmente, cuja noção de autonomia e liberdade são características” (p. 367). Eles estão inseridos nas diversas atividades que integram o processo produtivo da pesca artesanal concebidos no território tradicional, como relações familiares e/ou comunitárias de produção, interdependência econômica, ambiental, cultural, etc.

Estes sujeitos e sujeitas detêm de saberes e fazeres aprendidos no âmbito comunitário e assimilados através da relação direta com o ambiente. Logo, não são definidos pela legislação ou posse de documentos exigidos pelo Estado. Por tal motivo, o autor afirma que os pescadores e pescadoras artesanais “podem se autodeterminar como membros de comunidades tradicionais, reivindicando direitos de reconhecimento, participação, e uso do território tradicional” (p. 367), assim como devem exigir políticas públicas específicas, sobretudo



trabalhistas e previdenciárias, que considerem as diversas atividades que permeiam a produção pesqueira artesanal.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde (figura 1) é a única Unidade de Conservação (UC) municipal de Rio Grande (RS). Ela foi instituída por meio da Lei nº 6.084 de 2005 (Município do Rio Grande, 2005) e possui uma área de aproximadamente 510 ha, abrangendo os arroios Bolaxa e Sanandes, a Lagoa Verde, o Canal São Simão, que liga a Lagoa Verde ao Saco da Mangueira, e os ambientes de margens, formado por campos, banhados, floresta de restinga e várzeas (Município do Rio Grande, 2022).

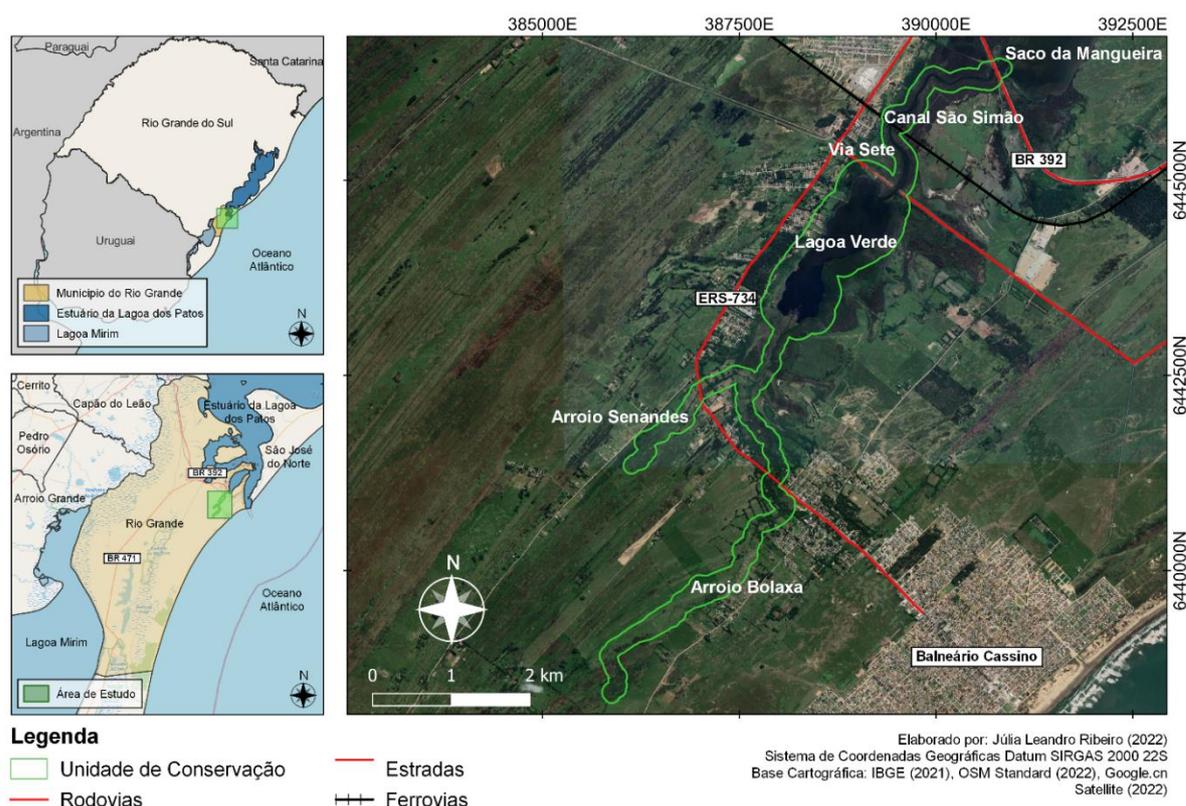


Figura 1: Mapa de localização da APA da Lagoa Verde.

Fonte: Elaborado por Ribeiro (2022).

Esta APA possui como Órgão Gestor (OG) a Secretaria de Município do Meio Ambiente (SMMA) e detém de um Conselho Gestor (CG) de caráter consultivo. Até o momento desta pesquisa, seu CG era composto por três representantes do poder público e quatro da sociedade



civil organizada. Ainda que houvesse predominância da sociedade civil organizada, havia apenas uma instituição-membro que representava a população de um único bairro, não havendo representação da população que residia em outros bairros que integram a área da APA da Lagoa Verde.

Com relação a percepção da atividade pesqueira desenvolvida nesta área pelos gestores e gestoras, na última revisão do Plano de Manejo (PM) (Tagliani, 2021) ela é compreendida como uma atividade tradicional que coexiste junto da UC, sendo realizada principalmente na Lagoa Verde e no Canal São Simão (corpos hídricos que possuem características estuarinas e integram a UC), ocorrendo de maneira artesanal para subsistência e lazer.

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA

Por meio dos resultados das entrevistas identificou-se que há pescadores e pescadoras artesanais na Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde, com predominância de pescadores do gênero masculino. Esses pescadores e pescadoras encontravam-se em sua maioria na faixa etária de 55 a 75 anos e eram aposentados. Nem todos eles moravam no entorno da Lagoa Verde, alguns moravam em bairros mais distantes. Todos eles pescavam há mais de 15 anos nos corpos hídricos da UC e metade deles possuía parentes diretos que também pescavam no lugar.

Quanto às características da atividade pesqueira, metade dos entrevistados pescava para autoconsumo e a outra metade, que possuía registro de pesca, comercializava 70% das suas capturas e consumia 30%. Alguns deles realizavam o período de safra e outros não possuíam uma frequência estabelecida, dependia do período em que havia mais peixes. Dentro da UC, os entrevistados pescavam apenas na Lagoa Verde e no Canal São Simão, alguns deles preferiam a Lagoa Verde e outros não possuíam preferência entre os corpos hídricos. Nenhum deles pescava apenas na APA da Lagoa Verde. As principais espécies capturadas eram: camarão, tainha, jundiá, traíra, peixe-rei e linguado. Segundo o calendário sazonal das espécies, a pesca era realizada principalmente no equinócio de outono e o período de reprodução se concentrava entre o solstício de verão e o equinócio de inverno.

Acerca da cartografia social da comunidade pesqueira (figura 2), foi indicado que as áreas de moradia se concentravam entre os bairros Boa Vista I e Parque Marinha. Já as áreas de pesca permeavam toda a extensão da Lagoa Verde e do Canal São Simão, sendo o último menos utilizado em virtude de suas águas movimentadas. As embarcações eram mantidas as margens



da Lagoa Verde, pois, segundo os pescadores, era o local mais seguro. No mesmo local, também se encontravam os portos de desembarque. Quanto aos criadouros de espécies, houve certa divergência entre os pescadores. Um dos informantes indicou que a Lagoa Verde possuía criadouros nas suas extremidades e o restante dos pescadores acreditavam que a Lagoa Verde era um local de passagem para as espécies.

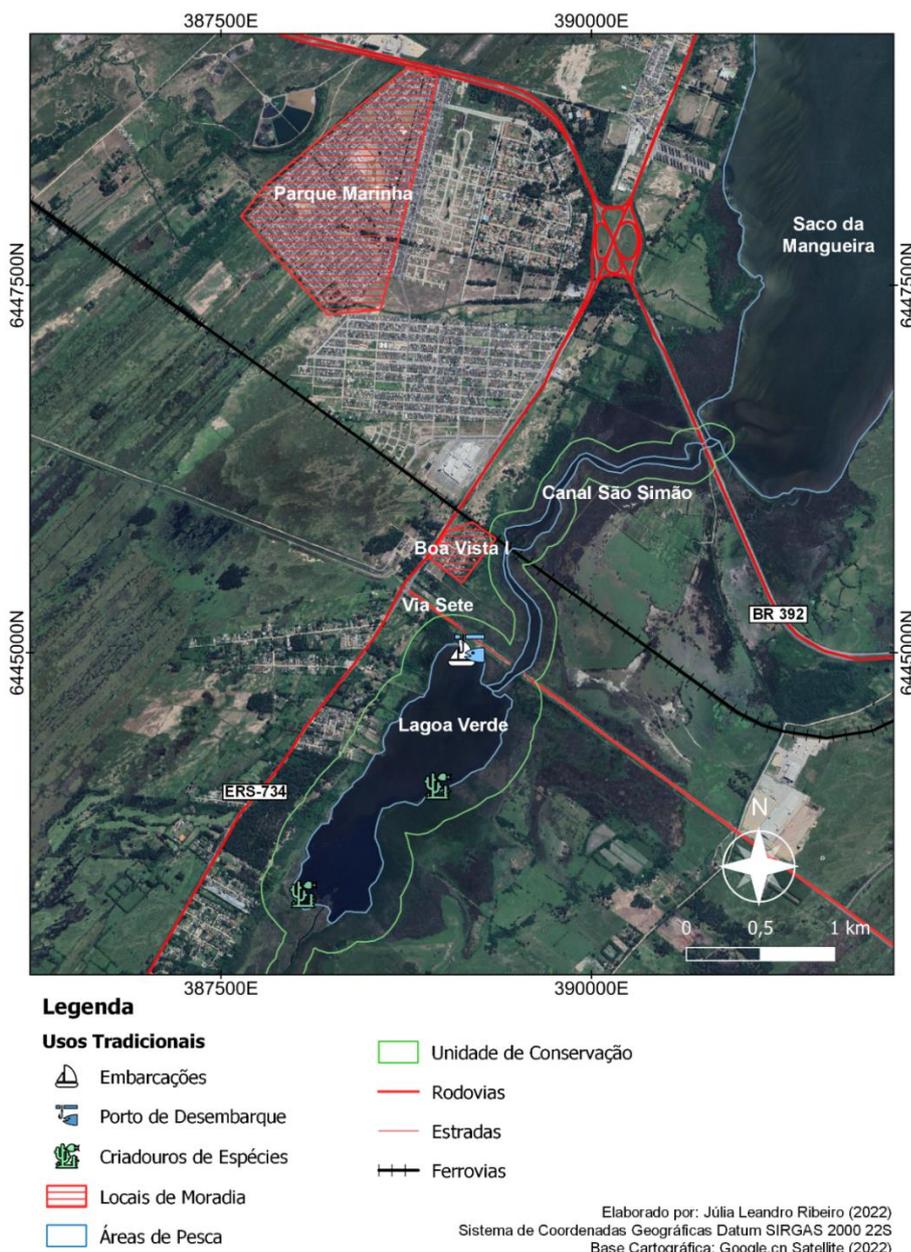


Figura 2: Mapa dos principais usos tradicionais da comunidade pesqueira.

Fonte: Elaborado por Ribeiro (2022).



AUSÊNCIA DO SETOR NA GESTÃO E MELHORIAS COM A SUA INSERÇÃO

A partir das entrevistas evidenciou-se que os pescadores não possuíam clareza sobre o que era uma Unidade de Conservação (UC) e quais os corpos hídricos compõem a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde. Porém, a maioria deles compreendia que aquela era uma área ambiental protegida pelos órgãos públicos e que deveria ser zelada. A respeito dos principais conflitos que permeavam o acesso e o uso dos corpos hídricos da UC, foram levantados: os despejos da CORSAN; o descarte e depósito de resíduos de qualquer natureza; a pecuária; o cercamento das margens da Lagoa Verde; o pisoteio dos gados; assoreamento; roubo de embarcações e gados e a desconfiança que recai sobre os pescadores; a ferrovia; e os molhes da barra.

Com a atividade de avaliação dos principais regramentos relacionados à pesca dentro da UC, constatou-se que os pescadores e pescadoras possuíam conhecimento apenas dos regramentos relativos à pesca, o que atestou a ausência de um processo pedagógico sobre a APA da Lagoa Verde com a comunidade pesqueira. Além disso, a partir das entrevistas foram elencadas as medidas necessárias para melhorar a comunicação e a participação da comunidade pesqueira. Dentre elas se destacavam a realização de reuniões com o Conselho Gestor (CG), a nomeação de um representante pesqueiro para compor este CG e a promoção de acordos de pesca. Por fim, quanto às propostas importantes para a comunidade pesqueira, ressaltou-se o apoio dos órgãos públicos responsáveis pela área, a necessidade de construção de estruturas físicas para fornecer apoio aos pescadores e pescadoras, como um trapiche, a solicitação de uma licença de pesca para auxiliar nas pesquisas científicas da FURG e a criação de uma cooperativa de pesca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados da pesquisa, verificou-se que os entrevistados e entrevistadas articulavam o conhecimento tradicional sobre a pesca e as espécies com o território, fosse por meio de restrições legais impostas por órgãos públicos e pela UC ou pelo receio a novas restrições a partir de pesquisas científicas. Também eram recorrentes falas de problemas relacionados a outros usos que restringiam os acessos aos pesqueiros tradicionais.

Salienta-se que a visão de gestão compartilhada convencional parte da concepção de que é o Estado quem deveria conduzir a gestão. Assim, no caso da APA da Lagoa Verde, a gestão não busca um envolvimento da comunidade pesqueira tradicional nesse processo, os



deixando alheios às decisões que os afetam. Notou-se também uma falta de auto legitimidade da comunidade pesqueira para que ela se entenda como um grupo relevante e que deva compor os espaços de gestão do território. No entanto, as entrevistas apontaram o contrário: que eles possuem saberes fundamentais para a gestão ambiental e territorial da APA. Nesse sentido, para que o autorreconhecimento da comunidade fosse favorecido, seriam necessárias oficinas e atividades que ressaltassem esse aspecto.

Algo muito recorrente nas falas dos pescadores é um ceticismo sobre um futuro justo e possível para a pesca artesanal, aliado a uma auto culpabilização pela ausência de melhorias no setor. Para eles, isso resulta na ausência de uma comunidade ativa que reivindique pelos seus direitos. Contudo, é necessário que a comunidade se exima dessa culpa, compreendendo que há uma gestão estatal, da qual a mesma não faz parte, que negligencia as demandas do setor pesqueiro no município.

Buscando modificar a realidade que está dada, é necessário que haja uma comunicação com os pescadores para que eles conheçam e compreendam as regras, tendo propriedade para discuti-las e respeitá-las. Também se destaca a necessidade de consultar e ouvir as demandas dos pescadores e pescadoras, para que sejam tomadas medidas responsáveis e comprometidas com a comunidade pesqueira.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, E. S. **Mar, pesca e aquicultura**: elementos para o estudo de geografia do Brasil. SEMATA, Ciências Sociais e Humanidades, Santiago, v. 25, p. 205-221, 25 set. 2013.

DE PAULA, C. Q. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018. 451 p.

DIEGUES, A. C. S. **Povos e Mares**: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. 269 p.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Governo estadual. Lei nº 15.223 de 05 de fevereiro de 2018. **Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul e cria o Fundo Estadual da Pesca**. Porto Alegre, RS: Palácio Piratini, 2018.

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. Prefeitura. Lei nº 6084 de 22 de abril de 2005. **Cria a Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde**. Rio Grande, RS: Gabinete do Prefeito, 2005.



MUNICÍPIO DO RIO GRANDE. Prefeitura. Lei nº 6585 de 20 de agosto de 2008. **Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do município do Rio Grande e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento urbano municipal.** Rio Grande, RS: Gabinete do Prefeito, 2008.

TAGLIANI, P. R. A. (org.). **Plano de Manejo da APA da Lagoa Verde.** 2. ed. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2021. 480 p.

THÉ, A. P. G.; RUFFINO, M. L. Gestão compartilhada do uso dos recursos pesqueiros: uma nova possibilidade. In: KALIKOSKI, D. E. A. [.]. **Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir.** 2. ed. Brasília: Ibama, 2009.